

Com meta de déficit zero, governo é pressionado para reajustar salários

— *Funcionalismo federal reivindica aumentos salariais que vão de 22,71% a 34,32% até 2026; policiais federais conseguem reajuste e auditores da Receita obtêm bônus maior*

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Servidores públicos federais prometem acabar com a trégua que ocorreu no primeiro ano do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aumentar a pressão por reajustes salariais e benefícios neste ano, ameaçando até com greves em massa. O governo enfrenta o desafio de responder à sua própria base aliada sindical ao mesmo tempo que promete colocar as contas públicas em dia — com a meta de déficit zero neste ano. Duas categorias já saíram na frente: policiais federais tiveram reajuste no ano passado e auditores da Receita conseguiram um bônus maior.

“Se o governo continuar com o discurso de que tem de melhorar a economia e não incluir os servidores, nós teremos de subir o tom”

Sérgio Ronaldo da Silva
Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Os funcionários do Executivo federal pedem um reajuste de 22,71% a 34,32% de forma parcelada até 2026, com partes dos aumentos já em 2024. Os valores são divididos em dois blocos e variam dependendo do tipo de acordo que cada categoria fechou nos últimos anos.

O governo Lula, por sua vez, apresentou uma contraproposta de no máximo 19,3% em aumentos ao longo do mandato, também de forma escalonada até 2026, mas sem nenhum reajuste neste ano. A próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação está marcada para o dia 28. No ano passado, houve aumento linear de 9%.

A intenção é fazer uma negociação para todo o período do terceiro mandato de Lula à frente da Presidência da República. Todas as categorias, incluindo professores, agentes ambientais e funcionários administrativos de carreira, se-

riam beneficiadas.

Algumas, porém, já foram atendidas. No ano passado, o governo reajustou o salário dos policiais federais. Neste ano, já avançou com o aumento do bônus por eficiência para os auditores da Receita Federal, aprovado após quase três meses de greve da categoria. O acordo prevê o pagamento de um valor extra progressivo já a partir deste ano: o teto começa em R\$ 4,5 mil e chega a até R\$ 11,5 mil em 2026.

INCENTIVO. A negociação motivou outras carreiras, como os servidores do Banco Central (BC), a também reforçar suas demandas. Na semana passada, um dia após a aprovação do bônus dos auditores, os servidores do BC rejeitaram uma contraproposta do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos de reajuste de 13% parcelado para 2025 e 2026, e aprovaram paralisação de 48 horas nos próximos dias 20 e 21. Atualmente, o governo federal tem 571.873 servidores em atividade, além de 417.115 aposentados e 234.225 pensionistas, totalizando 1,2 milhão de pessoas na folha salarial da União. Em 2023, os gastos com pessoal foram de R\$ 290 bilhões. A maioria dos servidores ativos ganha de R\$ 3 mil a R\$ 15 mil.

O Orçamento de 2024 tem R\$ 1,75 bilhão reservado para aumento de remunerações do Executivo. Do total, R\$ 1,1 bilhão ficou carimbado para o bônus dos auditores da Receita, R\$ 131 milhões foram destinados para os auditores fiscais do trabalho e R\$ 503,7 milhões ficaram reservados para outras carreiras que vierem a ser beneficiadas por algum projeto de lei de aumento.

O valor, porém, é insuficiente para um novo reajuste linear e é apenas residual nas contas da União. Na prática, o Orçamento deste ano foi aprovado sem nenhuma previsão de aumento para servidores.

“Todos os setores estão incluídos no Orçamento e nós queremos estar incluídos também. Se o governo continuar com o discurso de que tem de melhorar a economia, e não in-

cluir os servidores, nós teremos de subir o tom e colocar o bloco na rua a partir de março, abril”, afirma o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Sérgio Ronaldo da Silva.

O dirigente sindical cita a possibilidade de greves. “Não é porque o presidente Lula já foi sindicalista que temos de ter mais paciência. Não estamos sendo prioridade”, afirmou.

PERSPECTIVA. Recentemente, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Es-

ther Dweck, sinalizou com a possibilidade de um reajuste linear em 2024. A depender do desempenho da arrecadação, poderia haver a abertura de um crédito suplementar de R\$ 15 bilhões em novas despesas no Orçamento, decorrente de uma regra do novo arcabouço fiscal, e uma parte — ela não disse quanto — seria direcionada para o reajuste, como antecipou o **Estadão** em setembro do ano passado. O aumento, porém, depende de um cenário incerto para as contas públicas.

O governo conta com uma ar-

recadação maior do que o esperado para assumir esses e outros compromissos. Também espera vencer batalhas com o Congresso, como no caso da reconexão da folha de pagamentos.

As incertezas envolvem a meta de zerar o déficit das contas públicas neste ano, defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que pode ficar ameaçada se houver frustração de receitas ou aumento de gastos. ●

CORREÇÃO EM VALORES DE BENEFÍCIOS TENTA COMPENSAR PEDIDO SALARIAL. PÁG. B2

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1